

ACTA Nº 9

Acta da Sessão Ordinária do dia 22 de Dezembro de 2006

----- Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Ana Maria Vasconcelos, Dina Ribeiro, José Gonçalo Regalado; o senhor deputado Licínio Ramos foi substituído pelo senhor Manuel Bertolino Reverendo; a senhora deputada Maria Helena Marques foi substituída pelo senhor Albano Gonçalves; o senhor deputado Manuel Bogalho foi substituído pelo senhor Manuel Nogueira; a senhora deputada Maria Fátima Moço foi substituída pela senhora Sílvia Santos; o senhor deputado Mário Pedrosa da Silva foi substituído pelo senhor Paulo Manuel de Jesus dos Santos. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à discussão e votação as actas das sessões anteriores. -----

----- Realizadas as votações, verificou-se que a acta a Sessão de trinta de Setembro foi aprovada com uma abstenção e a acta da Sessão de vinte e quatro de Novembro foi aprovada com duas abstenções. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O senhor deputado Silvério Regalado começou por lamentar a demora na inauguração da ligação de Vagos à A17. Lamentou uma vez mais a forma como o governo central está a lidar com algumas autarquias, no âmbito da nova Lei das Finanças Locais, mais concretamente a ingerência do governo relativamente ao Tribunal Constitucional. Questionou ainda o executivo sobre qual o ponto de situação do Lar de Ouca. -----

----- O senhor deputado José Lazaro começou por solicitar ao executivo a colocação de placas indicativas da zona industrial de Vagos, pois já algumas vezes foi interpelado para informar a direcção da mesma. Relativamente ao prolongamento escolar, começou por revelar que não conhecia o protocolo entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia, revelando algumas preocupações com as crianças e questionando o executivo sobre algumas dessas preocupações, nomeadamente o facto de terem sido deixadas crianças sem vigilância de adultos, caso haja atrasos por parte dos encarregados de educação. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa questionou o senhor presidente da Câmara acerca de algumas declarações que indiciavam a concordância deste no que dizia respeito ao pagamento de portagens nas SCUT, com base no princípio utilizador/pagador. -----

----- A senhora deputada Dulcília Sereno lamentou a ausência de qualquer agradecimento à Câmara Municipal na placa de inauguração do Centro Social de Santa Catarina, por parte da Direcção da instituição. -----

----- O senhor deputado César Ribeiro endereçou os seus parabéns à Câmara em virtude das obras da limpeza do Barreiro, acreditando que o espaço se tornará cada vez mais aprazível, e aguardando que a obra esteja concluída no ano de dois mil e oito, ano em que a freguesia comemora setenta e cinco anos da sua criação. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta começou por afirmar não perceber o porque das declarações do senhor deputado Silvério Regalado em relação às pressões do governo sobre o Tribunal Constitucional no âmbito da Lei das Finanças Locais. Demonstrou também alguma preocupação em relação à instabilidade na área do notariado, solicitando à autarquia que tente que a sua voz seja ouvida. Questionou o executivo sobre se o lar de Ouca teria as condições necessárias para se candidatar à primeira fase de financiamento do PARES. Por último, alertou o executivo para ter mais cuidado quando reabilita ou alarga uma via, pois os proprietários não estavam a ser avisados com tempo, e que deveria ser realizado, antes de se avançar para o terreno, um rigoroso levantamento, para se saber onde e com quem realmente se está a mexer. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por explicar que a inauguração da variante à A17, aconteceu até cedo demais, restando três problemas que deveriam ter sido resolvidos antes da inauguração da obra: a falta de iluminação, pois o Estado continua a enviar para as autarquias onus que são exclusivamente do Governo; outro dos problemas a resolver é o acesso a diversas propriedades privadas junto à rotunda da estrada 333; por último, a proibição do trânsito que transporte substâncias consideradas perigosas, o que obrigará à sua circulação por dentro da vila de Sosa. Existe, porém, esperança que o bom senso prevaleça e estas questões sejam resolvidas. Em relação ao lar de Ouca, informou que a Câmara recebeu finalmente o parecer favorável por parte da CCDR/C para o licenciamento. Entretanto a Câmara notificou a Autoridade de Saúde, o Centro Distrital de Segurança Social e a Autoridade Nacional de Protecção Civil para darem parecer sobre o projecto, seguindo-se a aprovação da arquitectura do projecto. Para o processo avançar rapidamente a direcção do lar terá de apresentar, o mais rapidamente possível, os projectos de especialidade para que a licença seja emitida, a tempo de se poder candidatar à segunda fase do PARES. Relativamente à sinalização da Zona Industrial de Vagos, concordou com o apontamento do senhor deputado José Lázaro, informando que já foram feitas diligências junto do Instituto de Estradas de Portugal para resolver a questão. Sobre a questão do prolongamento do horário escolar, garantiu que a Câmara Municipal não teve conhecimento, quer da parte dos pais, quer de parte dos alunos, de qualquer problema. Considerou também que os pais devem assegurar a recolha dos seus filhos no horário que está estipulado, devendo avisar a instituição caso não o possam fazer, para que se encontre uma solução. No que diz respeito às portagens na A17, afirmou ser a favor do princípio utilizador-pagador, reconhecendo no entanto que o concelho de Vagos não cumpre hoje os requisitos mínimos, definidos pelo Ministério das Obras Públicas, para alteração do regime das SCUT's. Neste aspecto defende as portagens na A17, se estiverem cumpridos um conjunto de requisitos, como a criação de uma rede viária verdadeiramente alternativa à A17, e aguardar pela conclusão definitiva de toda a auto-estrada. Quanto às obras de recuperação do Barreiro, afirmou ter esperança na sua conclusão ainda no decurso do ano de dois mil e sete. Em relação ao alargamento e reabilitação de vias, o senhor Presidente informou que têm surgido alguns problemas, lembrando porém que no processo de recuperação de uma via, é normal haver um

proprietário que não concorda, outro que se esquivava, acrescentando que tem pedido aos serviços e aos presidentes de junta para que unam esforços, de modo a evitar o surgimento de problemas. -----

----- O senhor deputado José Lazaro considerou estar de acordo com senhor Presidente no que diz respeito ao cumprimento dos horários por parte dos pais, mas não concordou com o facto da Santa Casa da Misericórdia abandonar as crianças após o horário estipulado perto de uma porta aberta. -----

----- O senhor deputado Manuel Pereira, relativamente ao alargamento das vias, lembrou que é dono de um terreno ao longo de um caminho, e que este foi alvo de alargamento, que retiro cerca de um metro da sua propriedade, e nunca foi contactado. E que mesmo após contactar a autarquia, ainda não obteve resposta. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado manifestou o seu apoio ao senhor deputado José Lazaro, mas considerou que se deve ressaltar o trabalho da Santa Casa da Misericórdia, que é globalmente positivo. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALINEA e) DO ALINEA 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.** ---

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a actividade municipal, no período compreendido entre vinte e seis de Setembro e dezoito de Dezembro de dois mil e seis. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado começou por dar os parabéns ao executivo por ter conseguido trazer a Zona Industrial de Nova Geração para o Concelho de Vagos, questionando sobre quais os critérios que levaram à escolha deste Concelho e qual a importância desta nova valência em termos de desenvolvimento estratégico de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por referir que alguns dos critérios que foram levados em linha de conta foram a construção e abertura da A17, a orientação estratégia da revisão do PDM de Vagos, a inclusão, no PDM, da nova zona industrial do Fontão, e que a uma das principais razões terá sido o facto da Martifer com o seu consorcio da GEBOX se ir situar na Zona Industrial de Vagos, sendo que estes eram um dos parceiros do estudo realizado. Está definido o desenvolvimento de áreas como o das energias eólicas e tecnologias diversas, associadas à universidade de Aveiro, sendo certo que pela dimensão da própria zona, face aos interesses demonstrados, o executivo tem alguns projectos importantes também ligados à metalomecânica. -----

-----**PONTO DOIS – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE.** -----

----- O senhor Vice-presidente começou por apresentar o plano plurianual de investimentos, referindo que o objectivo principal é o desenvolvimento económico do Concelho, passando a estratégia por criar receitas para fazer obras de forma sustentada. O primeiro objectivo, de desenvolver a actual Zona Industrial, previsto para dois anos, foi conseguido em sete meses. Toda a Zona Industrial está vendida, para empresas que querem, efectivamente, criar indústrias e riqueza no Concelho. O maior desafio para Vagos é conseguir atrair mão-de-obra qualificada e qualificar a mão-de-obra existente. Respondendo a algumas críticas, informou a assembleia que a execução do orçamento de dois mil e seis deverá atingir os setenta e cinco por cento, referindo que o ano em que esta execução

foi mais elevada foi o ano anterior, com cinquenta e cinco por cento. Para esta percentagem, muito contribuiu a excelente cobrança de impostos, considerando que também o aumento da actividade industrial no Concelho foi peça fundamental para este resultado. Afirmou ainda que no plano plurianual são três os sectores onde houve grande preocupação por parte do executivo: o primeiro diz respeito à educação, onde a prioridade vai para o ensino básico, estando previstos, de acordo com a carta educativa, cinco novos centros educativos, sendo que os projectos destes cinco centros já se encontram previstos no orçamento. O segundo sector corresponde ao saneamento, no quadro comunitário que vai de dois mil e sete a dois mil e treze, que é a ultima possibilidade do concelho se aproximar dos concelhos vizinhos e atingir os noventa por cento de cobertura de saneamento básico, exigidos pela União Europeia. Por último, o sector da rede viária merece também destaque, sendo o principal objectivo a procura de alternativas à EN 109. Em relação ao orçamento de dois mil e sete, o senhor vice-presidente declarou que o principal objectivo é aproximar a execução financeira da execução real da obra e evitar o empolamento. Referiu, por fim, que este orçamento é credível, e onde todas as contas são claras e não há nada escondido. -----

----- O senhor deputado José Lazaro questionou o executivo sobre o investimento previsto na piscina municipal. --

----- O senhor deputado Mário Tarenta reconheceu o mérito que este executivo teve, de facto, nas percentagens de execução do orçamento de dois mil e seis. Realçou o facto de este orçamento ter sido o mais baixo em termos de receitas e despesas de todos os anteriores. Congratulou o executivo num aspecto que considerou bastante importante, o facto de tanto o orçamento de dois mil e seis e dois mil e sete serem mais baixos, mas bastante mais realistas. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa realçou alguns pontos positivos deste Plano e Orçamento, entre eles a aposta na melhoria das condições de trabalho dos funcionários camarários, que se traduz na mudança dos armazéns para a freguesia de Santo André, a aposta no saneamento e a aposta na melhoria da rede viária. Pela negativa, a senhora deputada alertou para o aumento das despesas correntes. Considerou irrisória a verba atribuída em PIDDAC ao Concelho de Vagos, questionando o executivo do porquê desta verba. Questionou, de seguida, o executivo se há previsão de serem transferidas verbas para as Juntas de Freguesia. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado afirmou, após uma cuidada análise do documento, que este era ambicioso mas ao mesmo tempo realista em termos de objectivos estratégicos para o Concelho. Considerou que as medidas de contenção das despesas correntes associada à política ambiciosa de incremento das receitas, por parte deste executivo, iria permitir um desenvolvimento muito positivo do Concelho de Vagos. Congratulou o executivo pela forte aposta na educação, turismo, cultura, empregabilidade, na criação de melhores condições de vida para os munícipes através da melhoria da rede de saneamento. Por fim, considerou que a grande base deste documento é o desenvolvimento sustentável, e que esta é a grande virtude do Plano e Orçamento de dois mil e sete. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a obra da piscina municipal já foi adjudicada, e vai ser fisicamente concluída durante o ano de dois mil e sete, mas dificilmente irá ser encerrada financeiramente neste mesmo ano. Em relação às taxas de execução do orçamento de 2006, reconheceu que a autarquia estava a realizar um esforço, desde dois mil e dois, em aproximar o Orçamento e o Plano ao que era a realidade espelhada nas contas prestadas em cada ano. E recordou, vigorosamente, que o executivo cumpriu o que assumiu em Abril de dois mil e

seis, apesar de a oposição, na altura, não achar possível. Relativamente às obras de saneamento, informou que estas terão de ser realizadas até ao fim do mandato, pois o financiamento para estas obras irá acabar. No que diz respeito aos centros educativos, afirmou que tal foi uma opção do executivo e não uma imposição da administração central. Em relação ao PIDDAC, informou que a autarquia de Vagos não recebe nada directamente do PIDDAC, afirmando que este é um programa apenas de compromissos da administração central no exercício das suas competências governativas, em que aceitam investir numa determinada área, num determinado concelho e com um determinado montante financeiro. Quanto às transferências para as freguesias, informou que estas não são resultantes do plano mas sim do orçamento. -----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou o Plano Plurianual e Orçamento de dois mil e sete à votação. -----

----- Realizada a votação, o Orçamento e Plano Plurianual foram aprovados por unanimidade. -----

-----**PONTO TRÊS – CRIAÇÃO DE EMPRESA PARA A GESTÃO DE PARQUES EMPRESARIAIS**---

----- O senhor Vice-presidente afirmou que o objectivo principal da criação desta empresa era uma gestão mais profissional e a obtenção de resultados mais rápidos na gestão dos parques industriais de Vagos. Afirmou que o conceito actual de loteamento industrial se encontra esgotado, sendo necessário criar um novo conceito, visto numa óptica mais empresarial, que comporte uma série de serviços, que por si só e num conjunto garantam que as pequenas empresas consigam mais ganhos. E como o objectivo é criar uma Sociedade Anónima e não uma Empresa Municipal, a Câmara só poderá deter um máximo de quarenta e nove por cento das acções. Os parceiros da Câmara nesta S.A. serão o Núcleo Empresarial de Vagos, o Concelho Empresarial do Centro, o Colégio de Nossa Senhora da Apresentação e a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado questionou se o documento será trazido novamente à Assembleia, quando estiver pronta a sua versão final. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta confessou que gostaria de ver nesta Assembleia já definido o objecto social, para que os deputados pudessem votar mais conscientemente. Relativamente à participação da Câmara, questionou o porque da participação em apenas quarenta e nove por cento. Questionou ainda sobre a previsão de entrada em funcionamento da empresa, quais os seus meios de financiamento, e se será uma empresa com intuito lucrativo. Relativamente aos parceiros incluídos na proposta, considerou uma escolha lógica, mas questionou sobre critérios para a entrada de novos parceiros. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que esta proposta era apenas uma amostra de pacto social, que não era documento final, e o que estava em causa era a autorização para a Câmara constituir e participar numa empresa S.A. Declarou ainda que a lista de parceiros propostos não era a final, estando a Câmara à espera da definição das regras, na área de economia, do plano operacional da região centro. Estas regras servirão para a definição em concreto do objecto social da empresa e da lista final de parceiros. Relativamente à entrada em vigor desta empresa, afirmou que esta acontecerá o mais rápido possível, de modo a legalmente controlar todas as alterações legislativas que o governo vai impondo, de forma a manietar as acções dos executivos municipais. A terminar, declarou que a

estratégia era desenvolver rapidamente o parque empresarial de Sosa, de forma a não inviabilizar todos os projectos que actualmente a procuram.

----- O senhor deputado Mário Tarenta afirmou que poderia haver alguma incompatibilidade entre a Câmara e a empresa gestora, atendendo à explicação dos seus objectivos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a autorização da criação da empresa para a gestão de parques empresariais à votação. -----

----- Após a votação, a autorização para a criação da empresa para a gestão de parques empresariais foi aprovada por unanimidade. -----

-----PONTO QUATRO – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXAS PARA O ANO DOIS MIL E SEIS A COBRAR EM DOIS MIL E SETE - RATIFICAÇÃO-----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que este ponto deveria ter sido trazido a Assembleia Municipal no mês de Outubro, explicando que estava confiante que iria ser deferido, pelo Ministro das Finanças, a tempo e horas, o pedido da autarquia em relação à avaliação dos imóveis no Concelho de Vagos. Caso tal tivesse acontecido, a proposta seria bem diferente. Mas como o pedido não foi ainda deferido, as taxas foram definidas de acordo com os rendimentos dos prédios em dois mil e cinco. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a ratificação das taxas, tendo-se apurado a sua aprovação por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Mesa, constatando que não havia público para intervir, passou de imediato à leitura da minuta. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----